



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO**

## **ATA n.º 18**

## **QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025**

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE TRANCOSO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025**

--- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** - Análise, discussão e votação à 1ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2025; -----

--- **Ponto número três** - Análise, discussão e votação de pedido de autorização prévia para a realização dos investimentos a financiar com o contrato de empréstimo destinado à Requalificação do Palácio Ducal – Museu da Cidade e à Requalificação do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves; -----

--- **Ponto número quatro** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à contratação de empréstimo bancário de longo prazo, para o financiamento de Investimentos na Requalificação do Palácio Ducal – Museu da Cidade e na Requalificação do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves; -----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, destinado à Organização do Carnaval de 2025; -----

--- **Período de intervenção do público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por António Augusto Gregório, Patrícia Isabel Fernandes Ramos, substituída por Adérito Pires Correia, Carlos Humberto Gaspar Saldanha, substituído por Joaquim Jerónimo do Nascimento, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocência, substituída por Hugo David da Silva Neves, João José Baptista de Sousa, substituído por Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais, Ana Francisca Torres Sarmiento, substituída por Rúben Filipe Pereira dos Anjos e Sílvia Andreia Esteves do Nascimento Santos, substituída por Manuel José dos Santos Costa, membros da Coligação Sim, é Possível. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como a registada à Senhora Presidente da Freguesia da Cogula, Patrícia Isabel Furtado Tenreiro. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, mencionando que se encontrava ausente a

Senhora secretária, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, convidando para a substituir o Senhor Presidente de Junta de Palhais, João Alfredo Nascimento Santos. De seguida, fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a à discussão. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando ter verificado um lapso na página n.º 12, linha 8 a contar do fim, onde se lê “Rua das Naves” deveria ler-se “Rua dos Moinhos”. -----

--- O Presidente da Mesa informou que não havendo mais contributos iria ser colocada a ata a votação, com a seguinte correção, em vez de “Rua das Naves” passaria a “Rua dos Moinhos”. Posta a ata a votação foi a mesma aprovada por maioria, com três abstenções. Informou do falecimento, após o Natal, do ilustre cidadão de Trancoso, Dr. Fernando Henriques Lopes, destacado pelo seu contributo à comunidade, exerceu funções como Vereador da Câmara Municipal de Trancoso, membro da Assembleia Municipal de Trancoso, Deputado da Assembleia da República e Governador Civil da Guarda. Reconhecendo o seu legado e dedicação à causa pública, a Mesa propôs um voto de pesar pelo seu falecimento, submetendo-o à consideração e discussão. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, informando que o Grupo Municipal do Partido Socialista se associava ao voto de pesar em honra e memória do Dr. Fernando Lopes, reconhecendo-o como uma figura incontornável do concelho de Trancoso e da democracia. Tal como referido pelo Senhor Presidente da Mesa, o Dr. Fernando Lopes não só dedicou a sua vida ao concelho de Trancoso, mas também desempenhou um papel fundamental a nível distrital e nacional. Pelo exemplo que foi para todos, pelas suas contribuições para o concelho de Trancoso e para o distrito da Guarda, o Grupo Municipal do Partido Socialista lamenta profundamente o seu falecimento. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, informando que a Coligação Sim, é Possível, se associava ao voto de pesar do cidadão Fernando Henriques Lopes, lembrando e enaltecendo o Seu contributo para o Município de Trancoso, prestando-lhe uma sentida homenagem a tão ilustre cidadão. -----

--- O Presidente da Assembleia informou que iria colocar a votação o voto de pesar pelo recente falecimento do Dr. Fernando Henriques Lopes, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- De seguida, informou que se iria entrar no **Período de antes da ordem do dia**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, dirigindo uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao estado das candidaturas para financiamento das requalificações das escolas do concelho, nomeadamente a Escola Secundária com 3.º ciclo, a Escola Básica com 2.º e 3.º ciclos da cidade de Trancoso e a Escola Básica Integrada de Vila Franca das Naves. Referiu que o projeto já estava concluído, conforme informado anteriormente, mas subsistiam preocupações quanto ao financiamento e ao desenvolvimento da educação no concelho. Questionou se a aprovação do financiamento já tinha sido realizada e, caso contrário, para quando estava previsto. Salientou que a candidatura não foi aprovada pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), solicitando esclarecimento sobre qual o programa que financiará as obras, considerando as restrições da legislação da contratação pública. -----

--- Interveio o Presidente de Junta de Palhais, João Santos, informando que a Sua intervenção seria na sequência da intervenção do deputado Mário Gonçalves, destacando a preocupação, comum, com a

educação no concelho. Agradeceu a intervenção efetuada no Centro Escolar da Ribeirinha, que veio melhorar as condições exteriores da escola, beneficiando os alunos e os encarregados de educação. Referiu o Conselho Municipal da Educação onde foram abordados temas relevantes, incluindo o aproveitamento escolar, os desafios causados pela falta de professores e as mudanças na organização das turmas. Destacou o aumento do número de alunos no agrupamento, especialmente no 1.º ciclo, verificando-se um crescimento sustentado, fruto da fixação de novas famílias, nomeadamente imigrantes da América do Sul, Perú, Venezuela e da Ucrânia. Foi também referido o risco de encerramento de algumas escolas por falta de alunos, embora considere que a chegada de novas famílias possa evitar essa situação. Salientou a entrada de uma aluna Mexicana, para o curso Plano de Inovação existente no ensino secundário do agrupamento, um projeto piloto existente em apenas quatro escolas do país, considerando ser pertinente o alargamento desse curso (Plano de Inovação) ao ensino básico, a partir do 7º ano. Mencionou ser necessária uma melhor divulgação, através de uma feira, dos cursos escolares existentes no Município, abrangendo os da Escola Profissional e do Agrupamento, a fim de tornar Trancoso num polo atrativo para os alunos de concelhos vizinhos, onde o ensino Secundário em algumas escolas está em risco de encerrar. Sublinhou a importância de investir, não apenas, na requalificação dos edifícios escolares, mas também na criação de residências para estudantes, facilitando a fixação de mais alunos e famílias, reforçando a necessidade de garantir condições dignas e atrativas no setor da educação, essencial para o desenvolvimento do concelho. Terminou deixando um apelo para que as escolas sejam uma prioridade nas obras e investimentos municipais, promovendo um ambiente educativo de qualidade para as atuais e futuras gerações. Aguarda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento sobre o estado e a calendarização das obras previstas nos três blocos escolares. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que desde o dia 7 de setembro de 2017 até à presente data, foram concursados 28 procedimentos para aquisição de serviços relacionados com a obra em Moreira de Rei, num total aproximado de 767.563,05€ (setecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três euros e cinco cêntimos), com IVA incluído. No entanto, após este investimento, a situação no local mantém-se inalterada, sem benefícios visíveis para o turismo e valorização do património. Entre 29 de julho de 2020 e 7 de janeiro de 2025, foi realizado o último procedimento relativo à Torre de Menagem do Castelo de Trancoso, com um custo de 304.004,00€ (trezentos e quatro mil e quatro euros), realçando que apesar dos inúmeros turistas que visitam o castelo, continua impossibilitada a subida à torre e o benefício pleno da estrutura. Salientou que entre 2017 e 2025, foram gastos mais de um milhão de euros em projetos de valorização turística de Trancoso e Moreira de Rei, sem que, até ao momento, os resultados sejam efetivamente concretizados, levando a que não se possa disfrutar de nada. Terminou questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre qual a previsão para a conclusão das obras em Moreira de Rei e a sua abertura ao público, apelando a que seja efetuada uma gestão mais eficiente do dinheiro dos Municípes. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente do Município referiu ser a primeira reunião da Assembleia Municipal do ano de 2025, por sinal, o último ano deste mandato autárquico, desejando a todos um ano de

sucesso pessoal, profissional e institucional. Lembrou o convite enviado a todos os Senhores Deputados Municipais para, no dia seguinte, estarem presentes na recepção ao Senhor Secretário de Estado das Florestas, engenheiro Rui Ladeira, ex-Presidente da Câmara de Vouzela, bem como para o almoço institucional, aquando da inauguração da Feira do Fumeiro. Em resposta ao Senhor Deputado Mário Gonçalves e ao Senhor Presidente da Junta de Palhais, João Santos, sobre a aprovação das candidaturas relativas ao Parque Escolar, informou que a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) solicitou, a 13 de fevereiro, atualização da informação sobre a maturidade das candidaturas submetidas a 30 de abril de 2024. Em resposta, a 14 de fevereiro, o Município informou: “O Município de Trancoso vem pelo presente e de acordo com o solicitado, informar V. Exas. sobre o ponto de situação dos projetos submetidos em candidatura no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023 — «Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas — Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundárias», que encerrou a 30 de abril. Deste modo, informamos que os projetos de execução das candidaturas 10921 10922 e 10923 respetivamente, Requalificação da Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra (T714493692-1641), Requalificação da Escola EB 2,3 de Trancoso (T714493714-7252) e Requalificação da Escola EB 1,2,3 de Vila Franca das Naves (T714493740-4633) foram aprovados pelo executivo em reunião de 26 de abril de 2024, tendo igualmente sido já elaborados os respetivos relatórios de vulnerabilidade sísmica. Resultante do estudo de vulnerabilidade sísmica, verificou-se a necessidade de efetuar ajustes no projeto de execução Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra, estando os mesmos ainda em curso, estando para breve a entrega do projeto final com as respetivas alterações, a fim de reunir todas as condições para lançamento do procedimento de contratação pública da(s) empreitada(s). Por último, informa-se que, de acordo com o Executivo Municipal, este não pode avançar com o lançamento dos concursos sem a obtenção de aprovação das candidaturas, pois só desse modo conseguiria inscrever a verba necessária em orçamento e dessa forma efetuar o cabimento orçamental necessário”. Saliou que no dia 10 de janeiro, teve lugar uma reunião importante, com o Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. José Pedro Aguiar Branco, onde se discutiu a questão da educação e das candidaturas para as escolas, tendo o Governo garantido que recorrerá ao Banco Europeu de Investimentos, para aprovar as candidaturas, especialmente das escolas prioritárias, que é o caso das nossas, estando a Câmara a aguardar, ansiosamente, a resposta. Mencionou investimentos significativos, já lançados no início de 2025, nomeadamente o projeto Museu da Cidade no valor de 3.429.000,00€ (três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil euros) e a requalificação das muralhas no valor de cerca de 750.000€ (setecentos e cinquenta mil euros), totalizando mais de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros). Agradeceu o reconhecimento efetuado pelo Presidente de Junta de Palhais, relativamente ao Centro Escolar da Ribeirinha, considerando que a requalificação daquele espaço, foi uma aposta ganha por parte deste Executivo, visto ter havido um acréscimo de alunos nas diversas escolas, reflexo do aumento de população no concelho de Trancoso. Relativamente às obras em Moreira de Rei e no Castelo de Trancoso, assumiu as dificuldades encontradas. Em Moreira de Rei, houve sucessivos atrasos devido a exigências da Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC) e a desistência do

empreiteiro inicial. No entanto, a obra foi novamente adjudicada e está em execução, prevendo-se a sua conclusão até junho/julho de 2025 e o mobiliário do Centro de Interpretação já foi instalado na Igreja de Santa Marinha. Sobre o Castelo de Trancoso informou que a primeira fase da empreitada já foi concluída, faltando a requalificação da Torre de Menagem, com um procedimento que foi lançado à posteriori num valor inferior a 20.000,00€ (vinte mil euros), também foi adjudicado, aguardando-se a sua breve conclusão. Destacou ainda o aumento de visitantes ao castelo, tendo sido registadas cerca de 39.000 (trinta e nove mil) entradas no último ano, o maior número de sempre, reafirmando o compromisso de continuar os investimentos, para reforçar a atratividade turística e as infraestruturas do concelho. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa evidenciou que o interesse na valorização de Moreira de Rei não se limita ao Presidente da Assembleia ou aos cidadãos da freguesia, mas deve ser uma preocupação de todo o concelho, pois Trancoso irá beneficiar, especialmente o setor do turismo, salientando que, embora os cidadãos de Moreira de Rei reconheçam as melhorias, também enfrentaram grandes sacrifícios devido às obras prolongadas, que afetaram o acesso a garagens e espaços públicos. Salientou, ainda, o contributo das universidades e estudantes, apesar do impacto na vida local. Manifestou a expectativa de que as obras de requalificação da Praça de Dom Sancho II comecem e terminem dentro dos prazos, sendo um benefício para toda a economia do concelho. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Rúben Anjos, mencionando que desde 2013, as sessões da Assembleia Municipal são transmitidas através do YouTube, contribuindo para a transparência e o acesso à informação por parte dos cidadãos, no entanto, foi constatado que as visualizações rondam, em média, 150 a 200 pessoas por sessão, um número considerado reduzido face a outros Municípios. Sugeriu uma maior promoção da transmissão das Assembleias Municipais, nomeadamente através das redes sociais, para aumentar o alcance e reforçar a transparência e a proximidade entre os órgãos autárquicos e a população, propondo que as transmissões passassem, também, a ser realizadas pelo Facebook do Município, tal como acontece noutros concelhos. Salientou a necessidade de as reuniões de Câmara, serem também transmitidas, prática já adotada em diversas autarquias do país, permitindo aos cidadãos um acompanhamento mais próximo das decisões tomadas, promovendo um debate mais informado e um maior envolvimento cívico na governação local. Referiu a recente aprovação da nova Lei dos Solos no Parlamento, legislação que tem impacto direto na gestão do território, o ordenamento urbano e a política de habitação, solicitando esclarecimento sobre a posição do Município relativamente àquela nova legislação e eventuais medidas a serem adotadas. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa reconheceu a importância da implementação de novas tecnologias, para ampliar o alcance das sessões junto dos cidadãos, admitindo que poderá ser feito mais nesse sentido. Apesar disso, expressou, com orgulho, a qualidade dos debates e cultura democrática mantida ao longo dos anos. Salientou que foi uma iniciativa ousada no passado, prontamente apoiada pela Câmara Municipal e pelos Deputados, mesmo sem grandes recursos tecnológicos, realçando a relevância da transparência, destacando que muitas Assembleias Municipais do distrito, ainda, não adotaram medidas semelhantes. Terminou comunicando que os resultados podiam ser mais animadores,

agradecendo os contributos recebidos e reconhecendo a necessidade de continuar a melhorar a divulgação das assembleias. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Moreira de Rei, Américo Mendes, expressando preocupação com as obras de Moreira de Rei para que possam ser concluídas rapidamente, considerando serem essenciais para a comunidade e para o turismo. Mencionou o impacto negativo causado aos residentes e elogiou a paciência com que lidaram com as dificuldades, realçando a importância de finalizar as obras na zona da Necrópole e da Igreja de Santa Marinha, para que possam ser valorizados os achados históricos e melhorar a experiência dos turistas, que visitam a localidade regularmente. Salientou a aposta do Município com a abertura do Posto de Turismo de Moreira de Rei, sugerindo que possa ser feita a melhoria de acesso ao castelo como reforço ao circuito turístico de Trancoso. Mencionou, ainda, o projeto da Junta de Freguesia a Casa da Roda como uma futura valorização do património local. Terminou deixando uma palavra de conforto aos residentes, estando expectável para uma breve conclusão das obras, que trarão benefícios para todos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, solicitando, novamente, esclarecimento sobre o estado do financiamento das três escolas, cuja candidatura ao PRR foi submetida no último dia e ficou sem verba. Questionou o Senhor Presidente sobre as diligências efetuadas junto da CCDR para garantir financiamento, informando que existem alternativas, como o Quadro Comunitário de Apoio 2030 e o Banco Europeu de Investimentos. Parabenizou o Senhor Presidente da Assembleia da República pela sua visita à Guarda, destacando a importância de um debate democrático e respeitoso como o que acontece nas Assembleias Municipais e de Junta de Freguesia, contrastando com o ambiente conflituoso do Parlamento Nacional. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, sugerindo a criação de uma Carta Municipal para a Habitação, tendo em conta o aumento da migração do litoral para o interior e a conseqüente falta de oferta habitacional adequada. Mencionou que, em Trancoso, algumas pessoas estão a habitar em espaços comerciais devido a essa escassez de habitações, propondo a criação de uma comissão municipal de habitação para captar fundos europeus, adquirir terrenos e desenvolver novos fogos habitacionais, promovendo o arrendamento e a fixação de famílias. Mencionou a utilidade de implementação de um programa de “Biblioteca Leve” na Biblioteca Municipal, permitindo o acesso a livros em formato digital e áudio, tornando a oferta mais acessível e diversificada a todos os Municípios. Referiu a escultura instalada na rotunda dedicada aos Bombeiros Voluntários de Trancoso, questionando qual o seu valor, que segundo informações anda na ordem dos 100.000,00€ (cem mil euros). Defendeu a realização de concursos de ideias entre jovens arquitetos e escultores locais, como uma alternativa mais económica e criativa. Além disso, alertou para a possível interferência da escultura na visibilidade rodoviária e na segurança dos condutores, sugerindo que a mesma poderia ter sido instalada noutra local mais adequada. Destacou a importância das recentes melhorias em infraestruturas e segurança rodoviária, nomeadamente a instalação de lombas redutoras, que representam uma reivindicação antiga, felicitando o Senhor Presidente por esta iniciativa no último ano do seu mandato. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, manifestando preocupação com o encerramento, recorrente, do Centro de Saúde de Trancoso, em vários dias de janeiro durante o presente ano. Salientou que a bancada da Coligação Sim, é Possível, defende a necessidade de maior atenção por parte do Município à saúde, evidenciando que, ao contrário de cidades como Coimbra, Porto ou Viseu, a população local tem acesso limitado a cuidados de saúde. Questionou o Senhor Presidente se a situação não o preocupava, especialmente, considerando casos de urgência naqueles dias de encerramento. Relembrou uma moção apresentada pela Coligação Sim, é Possível que, após a aprovação naquela Assembleia, ficou por esclarecer quais as diligências que o Executivo tomou para melhorar a situação da saúde no concelho. Foi reafirmado que os munícipes merecem um atendimento de saúde diário, essencial e vital. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Fausto Frade, mencionando a intervenção do Deputado Rúben Anjos e reforçando a importância da partilha das sessões da Assembleia Municipal, considerando que esta deve ser integrada na estratégia de comunicação do Município de Trancoso. Sugeriu que a divulgação daquelas sessões seja planeada de forma estruturada, indo além da simples publicação em redes sociais ou transmissões em direto. Defendeu a necessidade de definir uma estratégia de promoção e difusão da informação, abrangendo toda a área geográfica do concelho, garantindo assim um maior envolvimento da população. Terminou referindo que o Município dispõe dos meios e recursos necessários para implementar esta medida. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as intervenções dos Deputados e reafirmou o compromisso do Município com a transparência e a comunicação eficaz. Respondeu ao Deputado Rúben Anjos reconhecendo a importância da transmissão das sessões da Assembleia Municipal e das reuniões de Câmara, salientando que, com a mudança para o novo edifício dos Paços do Concelho, haverá melhores condições para melhorar essa divulgação. Sobre a Lei do Solo, informou que ainda não há uma posição definida e que a Câmara aguardará pareceres técnicos antes de se pronunciar. Em resposta ao Presidente de Junta de Moreira de Rei, relativamente ao Posto de Turismo e à Necrópole de Moreira de Rei, esclareceu que os atrasos se deveram a dependências de organismos superiores, como a CCDR e a Direção-Geral de Cultura. Quanto ao projeto de acessibilidade ao Castelo de Moreira de Rei, garantiu que está em desenvolvimento. Respondeu ao Deputado Mário Gonçalves, em relação às escolas, afirmando que não há perspectiva de financiamento no Programa 2030 e que a única via será o empréstimo do Governo ao Banco Europeu de Investimentos. Respondeu ao Deputado Joaquim Cavaca sobre a rede viária, destacando a colocação de lombas e a melhoria da sinalização, com planos para expandir essas intervenções em todo o concelho. Referiu também a conclusão da cobertura do Centro Cultural de Trancoso, de modo a permitir novas atividades naquele espaço. Acerca da rotunda dedicada aos Bombeiros, esclareceu que o projeto foi aprovado pela Câmara e pelos Bombeiros, garantindo que os custos são inferiores ao valor mencionado na Assembleia. Respondeu ao Deputado João Rafael, sobre a saúde, expressando preocupação com a falta de médicos e utentes sem médico de família, informando que a Câmara tem prestado apoio ao Centro de Saúde com viaturas e motoristas. Destacou ainda que foi



feito um convite formal ao Conselho de Administração da ULS para uma reunião de trabalho em Trancoso, com o objetivo de abordar as dificuldades do setor e procurar soluções. Terminou, concordando com a necessidade de uma nova estratégia de comunicação para reforçar a transparência e o envolvimento da população nas decisões municipais. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, mencionando terem sido solicitados esclarecimentos sobre a proposta de criação de uma Carta Municipal da Habitação e o orçamento final da escultura. No entanto, não foi dada nenhuma resposta concreta. Foi feita uma pergunta direta sobre o orçamento final da escultura, mas a questão não foi devidamente esclarecida. Mencionou que houve uma possível confusão que não foi intencionalmente criada, reafirmado que não se opõe à escultura nem a qualquer entidade envolvida, tendo sido a sua intervenção no intuito de alertar para o local de implementação da estátua, defendendo que poderia ser colocada noutra local sem perder dignidade e salientando que a preocupação principal se prende com a segurança rodoviária, uma vez que a escultura ocupa toda a rotunda, comprometendo a visibilidade dos condutores a 360°. Apesar da falta de respostas claras, foi reafirmado o apreço pela arte e a intenção de estar presente na inauguração, contudo, mantém-se a necessidade de um esclarecimento sobre o custo real da escultura, especialmente face à informação recebida de que poderá ter custado cem mil euros, sendo fundamental obter uma resposta transparente, visto que se trata de dinheiros públicos provenientes dos impostos pagos por todos os munícipes. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara reafirmou a sua preocupação com a segurança rodoviária, apresentando vários exemplos, como intervenções em estradas, sinalização e repavimentação. Respondeu ao Deputado Joaquim Cavaca sobre a questão da rotunda, esclarecendo que o custo ficou bastante abaixo dos 100.000,00€ (cem mil euros) mencionados, sendo cerca de um terço do valor de outras rotundas no distrito. Destacou que a obra tem como principal objetivo homenagear os Bombeiros Voluntários de Trancoso que inclui uma edificação moderna que será motivo de orgulho para toda a comunidade. Quanto à apreciação estética da rotunda, menciona que é a primeira vez que ouve uma crítica negativa. Por fim, reforçou que todos serão convidados para a inauguração e que, naquela ocasião, serão prestadas todas as informações necessárias. Lamentou, ainda, a ausência do Deputado num evento recente e reiterou o convite para futuras cerimónias. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, mencionando o tempo de intervenção nas sessões, recordando que já teve a palavra cortada por ultrapassar o limite permitido. Criticou a repetição excessiva de questões sem interesse relevante para a Assembleia ou para o Município, defendendo a necessidade de maior poder de síntese por parte dos intervenientes. Apela ao Senhor Presidente da Assembleia para que aplique as regras de tempo de forma equitativa e rigorosa, sugerindo que, à semelhança da Assembleia da República, corte o som quando necessário para evitar discursos longos e repetitivos. Finalizou agradecendo e desculpando-se, caso tenha sido desrespeitoso. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia afirmou que as palavras proferidas pelo Deputado Leonel Alves, são avaliações subjetivas e que cada um atribui interesse ou desinteresse às intervenções conforme entender. Reconheceu que nem sempre a comunicação é feita da melhor forma e

aceita as críticas ao seu desempenho, embora reforce que procura agir com coerência. Destacou que as decisões do Presidente da Assembleia podem ser recorridas para a própria Assembleia, caso os Deputados considerem necessário. -----

--- Terminado o período de antes da ordem do dia, informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem de trabalhos. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que, nos últimos três meses o Município deu continuidade a várias obras e iniciativas em diversas áreas, destacando o bom desempenho dos serviços municipais, tanto operacionais como administrativos. Entre as obras concluídas ou em fase final estão o Centro de Convívio das Carigas, já inaugurado, a Escola Primária de Maçal da Ribeira e o edifício do Albergue de Vale do Seixo, prontos para serem inaugurados, além de intervenções na rede viária, como a estrada de Carapito e os caminhos de acesso aos Montes, cuja repavimentação foi adiada devido a questões climáticas. A rotunda dos Bombeiros avança a bom ritmo e será inaugurado em breve, estando os Paços do Concelho na fase final de acabamentos, com previsão de conclusão nos próximos meses. O Centro de BTT da Serra do Pisco deverá ser inaugurado a 24 de abril, o Centro Cultural de Trancoso já tem a sua cobertura instalada e a necrópole de Moreira de Rei encontra-se em obras para serem concluídas em breve. Outras intervenções incluem o Caminho das Hortas em Vila Franca das Naves, que entrará em obra na próxima semana, a sinalização horizontal e instalação de lombas redutoras de velocidade, bem como a melhoria do recreio da escola da Ribeirinha e um reforço de arranjos no espaço do Reboleiro. Após aprovação da revisão orçamental, será lançado um novo conjunto de obras, incluindo projetos de pavimentação e melhorias em diversas freguesias, destacando os projetos de maior dimensão, o lançamento do concurso público para o Museu da Cidade, com um orçamento de 3.422.402,00€ (três milhões, quatrocentos e vinte dois mil, quatrocentos e dois euros), e da requalificação das muralhas, com um custo base de 748.000,00€ (setecentos e quarenta e oito mil euros). Mencionou alguns eventos importantes promovidos pelo Município, como a celebração dos 20 anos da elevação de Trancoso a cidade e de Vila Franca das Naves a vila, no dia 9 de dezembro. A iluminação e festividades de Natal foram organizadas com um orçamento reduzido, mantendo um impacto positivo e as associações locais demonstraram grande dinamismo na realização de eventos desportivos, culturais e recreativos, em parceria com a Câmara e as Juntas de Freguesia. O Encontro de Confrarias foi outro evento de destaque, contribuindo para a promoção de Trancoso a nível nacional e internacional. No âmbito das relações institucionais, a reunião com a CCDR em Coimbra permitiu discutir projetos como o Museu da Cidade, o Lar e a Zona Industrial de Vila Franca das Naves. Referiu que a Câmara estava em negociações para a instalação da Força Especial de Bombeiros, tendo disponibilizado o antigo mercado grossista ou o ex-quartel dos Bombeiros para acolher a estrutura, em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Quanto à situação financeira, apesar de as taxas de execução ainda serem consideradas baixas, registou-se uma ligeira melhoria em comparação com o mesmo período de 2023 e 2024. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do loteamento da Senhora da Fresta, um projeto financiado pelo PRR,

destacando a necessidade de acelerar a sua execução, apesar de considerar que existe falta de mão de obra. Mencionou também que Vila Franca das Naves dispõe de terrenos prontos para urbanização e lamentou que não tenha sido beneficiada com infraestruturas de habitação social, algo que poderia contribuir para a fixação de população na região. Referiu a questão do abastecimento de água, em particular na União de Freguesias de Freches e Torres, na localidade das Torres, que enfrenta dificuldades no verão, questionando para quando a realização da obra para mitigar o impacto da escassez de água, que se agrava com o aumento do consumo por parte dos residentes e imigrantes que regressam nas épocas festivas. Relativamente à requalificação das muralhas, reconheceu a informação já prestada sobre o início das obras, mas solicitou esclarecimentos adicionais sobre a calendarização do projeto. Terminou referindo-se à requalificação do Palácio Ducal, aguardando informações sobre o seu desenvolvimento e eventuais avanços nas intervenções planeadas para aquela infraestrutura. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, mencionando ser a primeira sessão do ano, desejando que haja mais, com saúde e que possamos ser úteis. Referiu que observa atentamente, não para fiscalizar, mas para valorizar o trabalho realizado, salientando que em 79 dias, desde 6 de dezembro até 23 de fevereiro, foram feitas 73 ações, quase uma por dia, o que demonstra empenho e dedicação. Na página 3, constam várias obras em execução ou projeto, gostando de ver incluídas, também, algumas da Ribeirinha, esperando que isso possa acontecer numa próxima atualização já em abril, realçando que o Senhor Presidente conhece bem a situação, pois esteve recentemente no Reboleiro, onde decorrem obras úteis e de qualidade. Apelou, ainda para que, se possível, antes do Carnaval, se agilize a próxima fase das obras, já que o empreiteiro está a concluir uma parte que deverá estar finalizada no início da semana seguinte. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, reconhecendo o esforço e dedicação do Senhor Presidente de Câmara ao concelho, evidenciado pelas inúmeras ações realizadas. Agradeceu a continuidade do envio das informações da atividade do Presidente e reforçou algumas questões já levantadas. Relativamente às obras, destacou a repavimentação da Rua das Naves, solicitando esclarecimento onde começam e até onde se estendem as obras, uma vez que não se encontra diariamente em Vila Franca das Naves. Sobre a pavimentação do caminho das Hortas, espera que avance rapidamente. Quanto ao arranjo urbanístico da rotunda e a ligação ao IP2-Vila Franca das Naves, gostaria de saber em que fase estava o concurso e quando se previa a conclusão. O mesmo se aplicava ao projeto de requalificação do mercado, gostaria que estivesse concluído até ao final do atual mandato. Sugeriu que fosse disponibilizada, publicamente, uma maquete ou um projeto visual das obras, para que a população possa ver e compreender as mudanças planeadas, ajudando a dar mais transparência e envolvimento da comunidade. Terminou referindo o apoio ao Lar de Vila Franca das Naves, não tendo ficado claro se se referia ao lar existente ou a um novo projeto. Mencionou existir uma comissão que geria fundos deixados para aquele fim, mas desconhecia pormenores sobre a colaboração da Câmara. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando registar com agrado a abertura do refeitório no Centro Escolar da Ribeirinha, ainda que tenha demorado três anos desde que estivesse

pronto a funcionar. Recordou a promessa feita, em fevereiro de 2022, sobre a conclusão da empreitada de Moreira de Rei, que continua por terminar, compreendendo que existem razões externas à Câmara, mas estas situações demonstram a dificuldade crescente em atrair concorrentes para obras públicas. Deixou duas questões importantes, em primeiro lugar, relativamente ao futuro de Moreira de Rei, o que a Câmara tem idealizado para o passo seguinte? O betão armado está resolvido, mas como será dinamizado o espaço? Que estratégias existem para tornar o projeto atrativo e evitar que seja apenas um local de visita sem vida? Há algum concurso de ideias ou plano de atividades para o espaço? Em segundo lugar, no que diz respeito à valorização do Castelo e da Torre de Menagem, como será promovido este investimento? Há alguma estratégia para aumentar o número de visitantes e gerar atividade económica na zona? Mencionou uma declaração de interesses: “Serei por ventura o associado mais antigo vivo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Trancoso, e, portanto, tudo aquilo que se faça é pouco, isso não autoriza que V. Exa. não diga aquilo que está na Base.Gov., é muito simples. Foi-lhe perguntado quanto custou. É verdade que custou 100 mil euros? Não, a Base.Gov diz que custou 85.000,00€ (oitenta e cinco mil euros) mais IVA. 104.000,00€ (cento e quatro mil euros). Não custava dizer isso, Sr. Presidente. É a mesma história do lítio.” -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que na atividade do Senhor Presidente existem várias presenças, mas falta um assunto importante que são as águas, os resíduos e o saneamento, houve um aumento significativo nos custos, com impacto direto nas faturas dos munícipes. Em 2023, o custo com a limpeza das fossas sépticas aumentou para 32.250,00€ (trinte e dois mil, duzentos e cinquenta euros). Assim, questionou se o Município não conseguia negociar uma redução do custo da água e do saneamento para os Trancosenses, pelo menos deveria assegurar um apoio mais amplo à limpeza das fossas sépticas em todas as freguesias, garantindo um serviço justo e acessível para todos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, mencionando Moreira de Rei, antiga sede de concelho até ao século XIX, que tem recebido um investimento sem precedentes na última década, tornando-se central na estratégia do Município. Antes voltada ao abandono, a vila foi finalmente valorizada pelo seu enorme potencial, especialmente arqueológico. Com uma das maiores necrópoles conhecidas a nível mundial, Moreira de Rei deve afirmar-se como uma referência nesta área, reforçando a riqueza histórica de Trancoso. O investimento record e os numerosos procedimentos associados demonstram essa aposta, que tem gerado um aumento significativo de visitantes. A estratégia passa por integrar Moreira de Rei no vasto património de Trancoso, potenciando o turismo e a valorização histórica do concelho. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara respondeu às questões colocadas pelo Deputado Mário Gonçalves sobre a habitação, realçando que aquela era uma grande preocupação da Câmara Municipal, sobretudo devido à falta de respostas do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Em relação ao loteamento da Senhora da Fresta, nove moradias, o contrato de cooperação entre a CIM, o Município de Trancoso e o IHRU foi assinado em Figueira de Castelo Rodrigo, a 10 de janeiro de 2024, tendo sido toda a documentação remetida ao IHRU, estando a aguardar uma resposta. Recebemos uma

convocatória para uma reunião com o Presidente do IHRU, agendada para 7 de março, às 10h30, na CIM, contendo a Ordem de Trabalhos um ponto mencionando "... as dificuldades e constrangimentos na execução física e financeira do acordo de colaboração entre a CIM, os Municípios e o IHRU com projetos de habitação a custos acessíveis...". Considera que o projeto de 1.230.000,00€ (um milhão, duzentos e trinta mil euros) pode ser insuficiente, e, como o Senhor Deputado, João Caramelo, referiu poderão existir riscos nesse sentido. Um assunto semelhante está a acontecer também no caso dos seis apartamentos do Bairro de São Domingos, onde insistentemente também são enviados múltiplos e-mails ao IHRU, mas sem resposta. Em 21 de novembro de 2024, questionámos o IHRU sobre a situação desses apartamentos, e em 19 de dezembro de 2024 solicitámos a abertura do concurso público para a sua conclusão. O custo da obra está estimado em cerca de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) e a sua finalização significaria um aumento significativo da oferta habitacional. Sobre Vila Franca das Navas, a Câmara não tem terrenos disponíveis nem loteamentos. Nas Torres, a conduta da rede de abastecimento já foi realizada, restando a ligação domiciliária e a colocação de contadores. Quanto à intervenção do Senhor Presidente de Junta do Reboleiro, José Nascimento, referiu que visitou a localidade, naquele dia, de manhã, salientando que a Câmara está a construir um pequeno muro e planeia ampliar a ponte, garantindo que as obras estejam concluídas até 20 de julho de 2025, conforme solicitado. Respondendo ao Senhor Deputado Leonel Alves, a Rua das Naves já foi repavimentada há algum tempo, desde a ponte até à Estrada Nacional 226, incluindo duas lombas redutoras de velocidade. O caminho das Hortas, que faz a ligação do povo à estrada dos Vilares, foi adjudicado à empresa Biosfera em novembro de 2024 e deverá estar concluído em um ou dois meses. A rotunda dos Vilares, no IP2, teve atrasos devido a questões burocráticas com a subconcessionária do Douro Interior, as Infraestruturas de Portugal (IP) e o Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT). Dia 26 de fevereiro, recebemos a aprovação final e os trabalhos deverão começar em breve, incluindo um monumento alusivo aos Comboios de Portugal (CP). Sobre o Largo do Mercado, o projeto ainda não foi aprovado pela Câmara e encontra-se em análise, estando prevista uma apresentação pública, no dia 5 de março de 2025, às 18h, com a equipa projetista e a Junta de Freguesia, sendo o objetivo principal transformar o espaço numa praça urbana digna para eventos e lazer. Relativamente ao Lar ou Centro de Dia de Vila Franca das Navas, há apenas um compromisso com o Centro Social e Paroquial de Vila Franca das Navas, para o arranjo de um muro e do parque infantil, sem outros compromissos adicionais. Quanto às intervenções do Deputado João Caramelo, agradeceu as considerações a propósito da Escola da Ribeirinha, salientando que os alunos sempre tiveram cantina, mas, desde julho de 2024, as refeições passaram a ser confecionadas localmente por funcionárias da Câmara. Sobre os concursos públicos, reconhecemos as dificuldades devido à escassez de empreiteiros, resultando em concursos desertos, estando à espera de propostas para o Museu da Cidade. A obra em Moreira de Rei estará concluída em três ou quatro meses, o mobiliário do Centro de Interpretação da Necrópole já foi adquirido, mas a instalação aguarda a conclusão da obra. A Torre de Menagem do Castelo receberá um investimento inferior a 20.000,00€ (vinte mil euros), fundamental para a colocação de conteúdos. Referiu a necessidade de afetar mais funcionários à freguesia de Moreira de Rei, pois

beneficiou de um investimento significativo, incluindo a requalificação de estradas e anexas, garantindo uma boa rede viária. Sobre a questão levantada pelo Senhor Deputado João Rafael, informou que, a 30 de abril de 2024, foi aprovado, por unanimidade, o ponto 16 da ata da Assembleia Municipal, referente ao regulamento do serviço de águas residuais do concelho de Trancoso, incluindo o parecer da ERSAR, que determina que as limpezas de fossas sépticas devem ser realizadas pelas entidades gestoras e faturada aos utilizadores, garantindo a proteção ambiental. Por fim, e em resposta ao Deputado Daniel Joana, reiterou que a centralidade de Moreira de Rei não se limita a um único projeto, mas sim a uma estratégia abrangente de valorização da freguesia. A Câmara Municipal tem a responsabilidade de olhar por todas as 21 freguesias do concelho, equilibrando investimentos e reconhecendo as potencialidades de cada uma. A revisão orçamental, incluída na ordem de trabalhos da presente Assembleia, será essencial para avançar com mais projetos. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Assembleia referiu-se à taxa de saneamento e salientou que têm sido levantados várias questões, por parte dos munícipes, com pedidos de esclarecimento dirigidos ao Presidente da Assembleia. Embora tenha votado favoravelmente a medida, reconhece o direito à reclamação, acrescentando que é difícil explicar a obrigatoriedade do pagamento a quem não tem acesso à rede de saneamento e utiliza fossas sépticas. Compreende-se a importância ambiental da medida, dado que muitas fossas não garantem a correta drenagem dos resíduos, no entanto, a Câmara poderia ter explicado melhor a necessidade da referida taxa, sensibilizando os munícipes. Apesar da compensação oferecida, permitindo a limpeza das fossas quando necessário, essa necessidade não é tão frequente, o que levanta dúvidas sobre a proporcionalidade do custo. Por experiência própria, mencionou que em Moreira de Rei, onde não há saneamento, paga várias taxas de saneamento, de casas não habitadas, apenas por terem abastecimento de água, o que considera uma questão sensível e passível de melhor abordagem por parte da Câmara. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois**. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que a revisão orçamental resultou da necessidade de integrar o saldo das operações orçamentais de 2024, que totalizou 4.039.107,51€ (quatro milhões, trinta e nove mil, cento e sete euros e cinquenta e um cêntimos), sendo o saldo de gestão mais elevado dos últimos anos. A revisão destina-se sobretudo ao reforço de projetos e à inclusão de novas iniciativas, especialmente para as juntas de freguesia, que não puderam ser contempladas na proposta de orçamento de 2025 apresentada em meados de novembro. Entre as obras previstas encontra-se a remodelação de infraestruturas de abastecimento de águas em Guilheiro, a conclusão da ampliação do saneamento nos Falachos, a remodelação de escolas primárias, a aquisição de terrenos, incluindo um possível terreno no Campo da Batalha, com 7 hectares, a concessão de conteúdos para o Isaac Cardoso e a Casa de Bandarra, a remodelação das piscinas exteriores e diversas intervenções em freguesias como Valdujo, Aldeia Nova, Freches e Courelas. Inclui, ainda, um saldo significativo para despesas não correntes, nomeadamente a prestações resultantes do empréstimo da PACETEG, que atualmente representa 46.000,00€ (quarenta e seis mil euros) por mês, bem como o pagamento de dívidas fiscais à Autoridade Tributária, sendo o principal objetivo desta revisão integrar o saldo da gestão anterior, abrir novas

rubricas e reforçar outras já existentes. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que na revisão das GOP's, aquando da primeira versão, ainda não estava disponível um saldo concreto tendo-se estimado cerca de quatro milhões, distribuído em 29 intervenções no total, sendo que 11 se referem a caminhos e passeios. Embora não haja objeções quanto a essas intervenções, foi apontado que a maior parte das despesas terá impacto financeiro em 2026, o que representa cerca de 80% da distribuição. Isso foi visto como algo positivo para os candidatos das próximas eleições autárquicas, já que essas obras estarão prontas para evitar problemas como lama ou poeira durante a campanha eleitoral. Além disso, em relação à execução da receita e da despesa corrente, foi apontada uma discrepância nas taxas de execução. As contas foram feitas indicando uma taxa de execução da receita de 6,68%, em vez de 6,66%, e uma taxa total de 4,86%, quando deveria ser 4,98%, sugerindo que aquelas discrepâncias fossem corrigidas, já que são simples erros matemáticos, e que os valores sejam ajustados de acordo com o cálculo correto. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando que foram discutidas alterações às Grandes Opções do Plano (GOP) e a necessidade de autorização prévia para investimentos financiados para empréstimos, foi efetuado um reforço orçamental para investimentos em bens de capital, totalizando mais de um milhão de euros, com destaque para 342.000,00€ (trezentos e quarenta e dois mil euros) para edifícios, 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) para instalação de serviços. 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros) para instalações desportivas e recreativas e mais 532.500,00€ (quinhentos e trinta e dois mil e quinhentos euros) destinados a construções diversas, questionando quais os bens de capital que estão a ser mencionados, nomeadamente edifícios, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas e construções diversas. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que o reforço orçamental destina-se à aquisição de edifícios, espaços como o Campo da Batalha e infraestruturas desportivas no Parque Municipal, incluindo a requalificação do parque infantil e dos polidesportivos, como o do Bairro Senhor dos Aflitos. Os detalhes específicos dos projetos estão discriminados nas Grandes Opções do Plano (GOP's), onde também se indica a afetação do valor referido. O Executivo comprometeu-se a fornecer detalhes específicos sobre os investimentos na semana seguinte. -----

--- Não havendo mais inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três**. Este ponto da ordem de trabalhos diz respeito à análise, discussão e votação de pedido de autorização prévia para a realização dos investimentos a financiar com o contrato de empréstimo destinado à Requalificação do Palácio Ducal – Museu da Cidade e à Requalificação do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves. A necessidade desta autorização decorre do regime de financiamento das autarquias locais e entidades intermunicipais, nomeadamente do artigo 51.º, n.º 2, que exige aprovação prévia para investimentos que ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento. Assim, antes de proceder à votação do empréstimo, é necessário votar previamente este pedido de autorização. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente esclareceu que a Câmara Municipal pretende contrair um empréstimo para financiar dois equipamentos: a requalificação do Palácio do Ducal, que será transformado no Museu da Cidade, e a requalificação do Largo de Vila Franca das Naves. O objetivo é criar um polo cultural no centro histórico, reforçando a oferta e atratividade cultural do concelho e melhorar as condições do principal espaço público da vila de Vila Franca das Naves, beneficiando as dinâmicas económicas e culturais locais. A autorização para a contratação destes empréstimos compete à Assembleia Municipal, o valor total do investimento é de 3.429.000,00€ (três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil euros), sendo expectável um financiamento mínimo de 85%, cerca de 2.900.000,00€ (dois milhões e novecentos mil euros) através da CCDR e do programa Portugal 2030. Ainda assim, a Câmara propõe um empréstimo de 1.500.000,00€ (um milhão e meio de euros) para o Museu da Cidade e 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros) para o Largo de Vila Franca das Naves, garantindo capacidade financeira para avançar com os projetos. Salientou que naquele ponto, o que estava em causa era a autorização prévia para a realização dos investimentos, uma vez que ultrapassam 10% das despesas de investimento previstas no orçamento. A votação do empréstimo propriamente dito será realizada no ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que neste contexto foi discutida a necessidade de maior transparência na apresentação dos projetos de requalificação do Paço do Ducal e do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves, evidenciando que a votação da proposta está a ser feita sem conhecimento detalhado do projeto, uma situação semelhante ao que ocorreu com o programa de espaços das escolas. Em relação ao Largo do Mercado, foi sugerido que Vila Franca das Naves merecia um estudo prévio que incluísse um espaço para um pavilhão multiusos, destinado a eventos como O Festival das Vindimas. Mesmo que não fosse para execução imediata, seria importante prever essa possibilidade numa segunda fase do projeto. Quanto ao Palácio Ducal, destacou a importância histórica da cidade e a necessidade de que o projeto valorize a memória do território, reforçando o turismo, a cultura e a arte, realçando que a única informação disponível sobre o programa de espaços, veio de uma certidão recente da intervenção do vereador, João Carvalho. De acordo com aquela descrição, o espaço terá áreas para visitantes, profissionais de arqueologia, museologia, uma sala polivalente plana, espaços temáticos definidos e equipamentos específicos, como uma área com pé direito elevado para projeções multimédia. Sublinhou ainda que muitas autarquias expõem publicamente os projetos antes da sua aprovação e questionou se a Câmara pretende divulgar o plano detalhado da requalificação do Palácio Ducal e do Largo do Mercado, permitindo que a população tenha conhecimento prévio das intervenções antes da votação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, querendo corroborar o alinhamento de pensamento do Deputado Mário Gonçalves, acrescentando que existem muitos municípios que de uma forma plenamente transparente e democrática partilham os seus projetos com os seus Municípios, e com quem quer ter a curiosidade de perceber a dinâmica de um projeto que está a ser pensado e executado para a implantação e requalificação local. Existem pessoas que gostam de perceber as dinâmicas das



infraestruturas, como é que os arquitetos projetam os seus interiores, requalificam os seus exteriores, e todos os materiais adjacentes a aplicar em todas estas requalificações ou obras de raiz. Existe no município e no concelho, plataformas de informação digital - vulgos MUPI's, sendo muito facilitador utilizar estas plataformas digitais, para divulgar os projetos, considerando que a comunidade ficava grata e agradecida, até porque poderia ter também a oportunidade de apresentar sugestões de alteração ou de acrescentar algo de mais valia numa partilha de sugestão qualitativa. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando que a principal crítica levantada é sobre a metodologia adotada pelo Município de Trancoso na realização de projetos, especificamente no caso do Museu, sendo que o argumento central é que a construção foi feita antes da definição clara dos objetivos e funcionalidades do espaço, quando deveria ter sido o contrário – primeiro definir a utilidade e só depois projetar o edifício. Existe a preocupação com a contração de um empréstimo, que praticamente esgota a capacidade de endividamento do Município, o que parece contradizer o discurso habitual da autarquia sobre prudência e gestão cuidadosa dos recursos. O facto dessa decisão ser tomada em 2025, um ano eleitoral, levanta suspeitas sobre as intenções políticas subjacentes: ou já se assume uma mudança na governação municipal e se deixa o sucessor com pouca margem de manobra, ou não há solidariedade com um possível continuador da atual gestão, pois ele ficará "de mãos e pés atados" financeiramente. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, informando o deputado João Caramelo que a maior parte do endividamento atual da Câmara de Trancoso resulta de compromissos financeiros assumidos antes da atual gestão, nomeadamente da parceria público-privada anteriormente contratada, considerando que a crítica feita pelo deputado ignora esse contexto e o esforço que foi necessário para resolver esse problema. Questionou se algum deputado pode colocar em causa a necessidade dos investimentos em questão, a requalificação do Largo de Vila Franca das Naves que é vista como essencial, dado o seu papel como centro cívico da segunda maior freguesia do concelho, contribuindo para a melhoria urbanística e para a realização de atividades, da mesma forma, a intervenção na ruína do Palácio Ducal, que há anos se encontra degradado no centro histórico, justificado pela criação de um Museu da Cidade, alinhado com estratégias turísticas bem-sucedidas noutras localidades. Reconheceu que o endividamento municipal poderá aproximar-se do limite legal, mas sublinhou que o investimento é necessário e que poderá não ser necessário gastar, todo o montante aprovado. Frisou que a atual gestão herdou uma dívida significativa de administrações anteriores, em particular, antes dos três mandatos do Partido Socialista. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que a bancada da Coligação Sim, é Possível, não se opõe aos investimentos do Museu da Cidade e no Largo de Vila Franca das Naves, reconhecendo a sua importância para o concelho. No entanto, critica a falta de estratégia e visão de futuro na sua concretização. Sublinhou, ainda, a questão do endividamento, alertando que os encargos financeiros destas decisões se estenderão muito além do atual mandato, tal como aconteceu com outros projetos estruturantes do passado, alertando que a crítica não se prende com a realização das obras em si, mas com a ausência de um planeamento estratégico que garanta um impacto positivo duradouro,

reforçando a ideia que o Executivo está a avançar com projetos sem um planeamento adequado. No caso do Museu da Cidade, a obra está a ser realizada sem um programa claro sobre os conteúdos e a inovação necessária para torná-lo relevante no futuro. Da mesma forma, a requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves é vista como necessária, mas sem uma perspetiva a longo prazo, sendo encarada como uma intervenção básica de curto alcance. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara respondeu às críticas apresentadas sobre a falta de estratégia nos investimentos do Museu da Cidade e da requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves, afirmando que ambos os projetos são fruto de uma visão planeada e estruturada para o concelho. A Câmara adquiriu o edifício do futuro Museu da Cidade, em 2014, por 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), num período de dificuldades financeiras e, desde então, trabalhou na sua recuperação e consolidação estrutural, sublinhando que, ao contrário do que foi dito, houve um planeamento detalhado, com o apoio de especialistas e a colaboração da Universidade da Beira Interior, tendo o projeto sido apresentado publicamente em duas ocasiões em Trancoso, 29 de maio nos Paços do Concelho e outra na Igreja de Santa Maria de Guimarães, e até exibido num grande auditório para estudantes de arquitetura, na Covilhã, contando com a presença do Executivo Municipal. Garantiu que o Museu terá um programa bem definido, dividido em três áreas principais: uma para exposições abertas ao público, outra dedicada a profissionais do Arquivo e da Arqueologia, e uma terceira com uma sala polivalente para eventos, negando as alegações de que não existe um plano de conteúdos para o espaço, realçando que o projeto é um passo fundamental para a valorização do património cultural de Trancoso. Quanto à requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves, afirmou que o espaço está degradado e precisa de intervenção para se tornar um local mais funcional e agradável para a comunidade, embora o projeto ainda não esteja aprovado, será colocado para apresentação pública, esclarecendo que não está prevista a construção de um pavilhão multiuso no local, mas sim a criação de um espaço urbano moderno que respeite a identidade da vila e permita a realização de eventos. Reforçou que o ponto em discussão na Assembleia Municipal não é a viabilidade dos projetos, mas sim a autorização prévia necessária para que possam avançar com os investimentos. Em resposta ao deputado Mário Gonçalves, informou que Vila Franca das Naves possui um centro cultural e um Pavilhão Multiusos, além da rentabilidade. Respondeu ao deputado João Caramelo lembrando que existiram muitas apresentações públicas do projeto e destacar a parceria com a Universidade da Beira Interior, que resultou na edição de dois livros: um sobre o Centro Histórico de Trancoso e outro sobre as Cidades Criativas de Trancoso. Sobre a capacidade de endividamento municipal, afirmou que, em 2024, os empréstimos bancários totalizaram 9.400.000,00€ (nove milhões e quatrocentos mil euros), incluindo uma parceria de 6.700.000,00€ (seis milhões e setecentos mil euros) a 0,35% de juros, afirmando que o limite de endividamento do município está nos 18.000.000,00€ (dezoito milhões de euros), sendo a situação considerada como controlada, comparando-se à dívida registada em 2013. Respondeu ao Deputado João Rafael sobre a falta de visão estratégica, destacando que não tem a mesma visão. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando a obra do Palácio Ducal,

sugerindo que se tivesse sido conduzida pelo arquiteto Tiago ou pelos arquitetos municipais, teria um resultado melhor, no entanto, há incerteza sobre a existência do projeto, levando a um pedido do Vereador João Carvalho para que o Senhor Presidente da Câmara apresente o conteúdo programático da obra, exigindo esclarecimentos perante a Assembleia. -----

--- Não havendo mais inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com nove abstenções dos Senhores Deputados: João António Santiago Fernandes Amado Caramelo; Hugo David da Silva Neves; Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais; João Rafael Oliva de Figueiredo; Rúben Filipe Pereira dos Anjos, Joaquim José de Campos Cavaca; Mário José da Cruz Gonçalves; Manuel José dos Santos Costa e Vítor José Anacleto dos Santos e vinte e sete a favor dos Senhores Deputados: José Amaral Veiga; António Augusto Gregório; Maria Luísa Gil dos Santos; Leonel Matias Alves; Daniel José Salvador Joana; Adérito Pires Correia; Paulo Sérgio Leocádio Bernardo; Joaquim Jerónimo do Nascimento; Vera Lúcia Tomé Soares Martins; Daniel dos Santos Almeida; José Augusto Soares Clemente; Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura; José Alberto Ambrósio dos Santos; Sónia Cristina Martins Pinheiro; Manuel Francisco Costa Lopes Andrade; Maria Luísa Duarte da Fonseca Silva; Vera Catarina Monteiro Coito; Américo Carvalho Mendes; João Alfredo Nascimento Santos; José dos Santos Nascimento; Ausenda Abade Chaves Frias; José Manuel Nascimento Amoedo; Joaquim Gomes Bernardo; André Miguel Pinheiro Lourenço Pinto; Jorge Alberto Varandas Bravo, Jorge Paulo de Lucas e José Bernardo Caetano Rodrigues. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, apresentando uma declaração de voto em nome da Coligação Sim, é Possível: "A bancada da Coligação Sim, é Possível é a favor destas obras e reconhece a sua necessidade. Vem o Executivo propor um empréstimo no valor de 2 milhões que custará cerca de 3 milhões e 200 mil. Relembramos que já está contratado um empréstimo de 800 mil euros, o que significa que o Município e o atual Executivo deixará o Município de Trancoso com uma dívida de cerca de 4 milhões. Ora, a presente proposta peca desde já, por inúmeras imperfeições. Primeiramente, porque vem propor a esta Assembleia um empréstimo sem tão pouco se apresentar o projeto das obras que pretende fazer, ficando aqui prejudicada a discussão e votação pelos senhores deputados. Acresce a isto, esta proposta é apresentada a 7 meses das eleições autárquicas, significando que o próximo Executivo seja ele, de que cor partidária for, fica condicionado à partida. Ainda de dizer que o Executivo não conseguirá executar a obra e desconfiamos nós muito menos a adjudicação a quem quer que seja. Isto é, dependendo do novo Executivo poderá a opção ser outra. Acresce dizer que temos conhecimento que o projeto do suposto Museu do Palácio Ducal é um museu à semelhança do que se fazia há 20 anos atrás. Sem qualquer perspetiva de inovação, atratividade, adequado e virado para o futuro e para perdurar no tempo. Inclusive sem obra para apresentar nesse mesmo museu sem conteúdo programático. Igualmente, o suposto projeto da requalificação do mercado de Vila Franca das Naves, nada mais é que à semelhança dos 12 anos de Executivo e do que infelizmente foi feito na Praça de Trancoso, lavar a cara, pintar paredes, mudar o chão, não inovando ou acrescentando nada em Vila Franca das Naves. É mais uma proposta sem objetivo, sem propósito, sem estratégia. Trancoso merece mais, Vila Franca das Naves

merece mais. E é por este motivo que a bancada só pode abster-se.” -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município mencionou que o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos segue a Lei n.º 13/2013 e a Lei n.º 75, incluindo informações sobre as condições bancárias e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município. Informou que o empréstimo será, no valor de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) para o Palácio Ducal/Museu da Cidade e de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros) para a requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves, tendo dado entrada quatro propostas, sendo a mais vantajosa a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, com um spread de 0,35%. Após audiência prévia dos interessados, a Câmara tomou a deliberação e agora solicita a autorização da Assembleia Municipal. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, questionando o Senhor Presidente se tem conhecimento sobre possíveis programas do quadro comunitário 2030, que permitam candidaturas para financiamento, especialmente junto da CCDR ou do Governo, sendo que a intenção não é atrasar a obra nem impedir a contratação do empréstimo, mas sugerir que se explorem alternativas de financiamento para reduzir custos, considerando não apenas a construção, mas também os equipamentos, que podem ser bastante dispendiosos. A sugestão pretende poupar recursos municipais por meio de apoios europeus, sem constituir uma crítica, mas sim uma recomendação construtiva. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município reforçou a ideia que relativamente ao Museu da Cidade, a obra já está a concurso, enquanto o projeto para o Largo do Mercado de Vila Franca ainda não foi aprovado. O valor total da obra é de 3.429.000,00€ (três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil euros) e espera-se um financiamento comunitário de até 85%, através do programa Centro 2030, o que corresponderia a cerca de 2.900.000,00€ (dois milhões e novecentos mil euros), precisando a Câmara apenas de aproximadamente 600.000,00€ (seiscentos mil euros), tornando pouco provável a necessidade de recorrer à totalidade do empréstimo já que há garantia de financiamento para este projeto. -----

--- Não havendo mais inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com dez abstenções dos Senhores Deputados: João António Santiago Fernandes Amado Caramelo; Hugo David da Silva Neves; Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais; João Rafael Oliva de Figueiredo; Rúben Filipe Pereira dos Anjos, Mário José da Cruz Gonçalves; Manuel José dos Santos Costa, António José Domingues Pires, Vítor José Anacleto dos Santos e José Manuel Rebelo Pinto e vinte e sete a favor dos Senhores Deputados: José Amaral Veiga; António Augusto Gregório; Maria Luísa Gil dos Santos; Leonel Matias Alves; Daniel José Salvador Joana; Adérito Pires Correia; Paulo Sérgio Leocádio Bernardo; Joaquim Jerónimo do Nascimento; Vera Lúcia Tomé Soares Martins; Daniel dos Santos Almeida; José Augusto Soares Clemente; Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura; José Alberto Ambrósio dos Santos; Sónia Cristina Martins Pinheiro; Manuel Francisco Costa Lopes Andrade; Maria Luísa Duarte da Fonseca Silva; Vera Catarina Monteiro Coito; Américo Carvalho Mendes; João Alfredo Nascimento Santos; José dos Santos Nascimento; Ausenda Abade Chaves Frias; José Manuel Nascimento Amoedo; Joaquim Gomes Bernardo; André Miguel Pinheiro Lourenço

Pinto; Jorge Alberto Varandas Bravo, Jorge Paulo de Lucas e José Bernardo Caetano Rodrigues. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município parabenizou a União de Freguesias de Vila Franca e Feital pela organização do Carnaval de Vila Franca das Navas, que irá ocorrer no próximo domingo, dia 2 de março. Destacou que o apoio financeiro aumentou de 11.000,00€ (onze mil euros) no ano passado para 13.500,00€ (treze mil e quinhentos euros) este ano, com um acréscimo de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros). Propôs à Assembleia Municipal a aprovação deste apoio e menciona que, em abril, serão apresentados apoios para todas as juntas de freguesia, com novos incrementos possíveis em junho ou setembro, lembrando que no ano passado, o apoio mínimo às juntas foi de 13.000,00€ (treze mil euros), sendo que algumas receberam mais conforme os projetos apresentados. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, defendendo a necessidade de uma aposta mais efetiva no Carnaval de Vila Franca das Navas, indo além dos apoios financeiros de 5.000, 6.000, 11.000 ou 13.000 mil euros, solicitando uma programação estruturada e a colaboração do Presidente da Junta para garantir o sucesso do evento. Mantém a expectativa de que, no futuro, independentemente do partido do próximo Presidente da Junta, o apoio ao Carnaval seja significativamente maior. -----

--- O Presidente da Mesa colocou o ponto cinco a votação. A proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, destinado à Organização do Carnaval foi aprovada por maioria, com uma abstenção e trinta e sete votos a favor. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. -----

--- Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário